



Da audácia ao pragmatismo: política externa bolivariana e o Mercado Internacional de Petróleo (2007-2012)

From audacity to pragmatism: bolivarian foreign policy and the International Petroleum Market (2007-2012)

DOI: 10.21530/ci.v14n1.2019.853

Pedro Henrique de Moraes Cicero¹

Resumo

O artigo relaciona as particularidades do mercado internacional de petróleo com as potencialidades e limitações da política externa projetada e exercida pela Venezuela ao longo do terceiro mandato presidencial cumprido por Hugo Chávez Frías (2007-2012). Busca-se, pois, apresentar e problematizar as especificidades do rentismo petrolífero venezuelano e, em especial, suas implicações para sua política externa. A análise trata dos “efeitos pendulares” que os petrodólares causaram na inserção internacional do país caribenho: no primeiro biênio do período estudado, a alta histórica da *commodity* possibilitou aos venezuelanos consolidar ações inovadoras e ambiciosas de integração regional, as quais culminaram no aumento da presença e do peso político do país, em especial na América Central e Caribe. Contudo, no período subsequente, a pronunciada desvalorização do combustível causou o arrefecimento da “diplomacia do petróleo” em favor de uma postura mais pragmática no que concerniu à sua comercialização. Nesse contexto, analisam-se os limites e possibilidades da aproximação sino-venezuelana, bem como a interdependência comercial estabelecida entre Venezuela e Estados Unidos da América. Conclui-se que, em que pese seu propósito disruptivo, as ações de política externa empreendidas pelos bolivarianos estiveram condicionadas aos ora expressivos, ora insuficientes, recursos obtidos com a venda de petróleo.

Palavras-Chave: Petróleo; Economia Política Internacional; Venezuela; Rentismo; Política Externa.

1 Doutor em Ciência Política (IFCH/Unicamp). Professor no "Instituto de Economia e Relações Internacionais" da Universidade Federal de Uberlândia. Docente permanente do "Programa de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico) em Relações Internacionais". Docente colaborador no "Programa de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico e Doutorado) em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas" (PPG/ECsA/UnB).

Artigo submetido em 15/09/2018 e aprovado em 08/04/2019.





Abstract

The article relates the particularities of the international oil market with the potentialities and limitations of the foreign policy projected and exercised by Venezuela during the third presidential term of Hugo Chávez (2007-2012). It seeks, therefore, to present and problematize the specificities of Venezuelan oil revenue and, in particular, its implications for its foreign policy. The analysis addresses the “pendulum effects” that the petrodollars caused in the international action taken by the Caribbean country: in the first two years of the period, the historic high of the commodity allowed Venezuelans to consolidate innovative and ambitious Regional Integration actions, which culminated in an increase in the presence and political weight of the country, especially in Central America and the Caribbean. However, in the ensuing period, the pronounced devaluation of the fuel balanced the “oil diplomacy” in favor of a more pragmatic approach to oil commercialization. In this context, the limits and possibilities of the Sino-Venezuelan approach, as well as the commercial interdependence established between Venezuela and United States of America, are studied. The conclusion is that, despite its disruptive purpose, the foreign policy actions undertaken by the Bolivarians were limited to the sometimes expressive, sometimes insufficient, resources obtained from oil trade.

Keywords: Petroleum; International Political Economy; Venezuela; Rentism; Foreign Policy.

Notas sobre o Mercado Internacional de Petróleo no contexto do “Sistema Energético Mundial”

Segurança e Política Internacionais dos Recursos Energéticos

Historicamente, as iniciativas visando acesso aos recursos naturais apresentam-se enquanto importantes fontes para o relacionamento – conflitivo ou cooperativo – entre Estados. Especificamente, as disputas pelo controle dos mananciais energéticos vêm, ao longo do tempo e cada vez mais, colocando-se como catalisadoras das relações internacionais. Por conta da maneira não uniforme pela qual as reservas de hidrocarbonetos estão distribuídas pelo planeta, no que concerne ao comércio petroleiro, é fundamental ressaltar que, desde seus primórdios, essa tem sido uma atividade exercida essencialmente em escala internacional, ou seja, os países produtores não são, necessariamente, os mesmos que consomem o combustível. Tal característica implica, por conseguinte, o estabelecimento de multifacetadas interações entre os diferentes atores envolvidos, as quais, em grande parte, acabam por escapar às fronteiras dos Estados detentores das jazidas do combustível.





Tal cenário faz a atuação dos Estados se consubstanciar no sentido de valorar a “segurança energética” como um elemento tão estratégico quanto a própria segurança militar², sendo aquela, segundo Kalicki e Goldwin (2005), a habilidade de acessar, através de uma rede de infraestrutura, as fontes de energia requeridas para o contínuo e eficiente desenvolvimento das relações econômicas. Nesse sentido, caso haja escassez de recursos energéticos em dado território, garantir “segurança energética” significa consolidar o acesso seguro, estável e financeiramente viável às fontes provedoras de energia. Para os países exportadores de hidrocarbonetos, por sua vez, a noção de “segurança energética” está atrelada ao acesso ao mercado consumidor demandante do combustível, situação essa que perpassa pela consolidação de relações comerciais juridicamente seguras e confiáveis, a ponto de se tornar possível, inclusive, a projeção e a negociação das transações em longo prazo.

Ainda sobre o tema da abundância e da escassez de recursos no contexto da “segurança energética”, é importante ressaltar que a maneira pela qual tais *commodities* estão aleatoriamente distribuídas pelo globo influencia decisivamente na consolidação dos arranjos geopolíticos estabelecidos entre os países, além de ser um componente central, porém não único, para a construção do comportamento a ser assumido por determinada nação no contexto das relações econômicas internacionais. Nessas condições, o valor aferido/dispêndido e o grau de influência gerado pelo controle/dependência dos hidrocarbonetos são conformados tanto por indicadores essencialmente mercadológicos como, também, pela construção político-social que os pautam. Essa combinação é o que torna a energia um recurso estratégico. Sobre o tema elucidada Hadfield (2008, p. 323-324):

Estados apresentam preocupações econômicas sobre a manutenção da oferta e da demanda entre exportadores e importadores, respectivamente, e tentam minimizar qualquer interrupção ou escassez de energia, na premissa de que esses choques de energia poderiam prejudicar seu bem-estar econômico. Além disso, Estados apresentam preocupações políticas sobre a alavancagem potencial exercida pelos Estados exportadores sobre os Estados importadores e os “Estados de trânsito” (países em cujo território a energia é transportada)

2 Para Kalicki e Goldwin (2005, p. 14, tradução livre) “a política externa exercida pelos países está evoluindo de uma visão mais tradicional da política externa, preocupada com assuntos militares e relativamente desconectada das questões econômicas, para uma visão mais moderna, a qual reage a fatores políticos e econômicos e reconhece que os eventos internacionais são muito mais determinados pelo fluxo de recursos – humanos e materiais – do que pelo fluxo de diplomatas, e, até, de soldados”.





devido simplesmente à sua posição dominante como fornecedores de energia. Preocupações políticas e econômicas sobre a oferta e a demanda de recursos energéticos estão fortemente conectadas.³

Além da referida dupla-determinação (a econômica e a política), um par de outras particularidades bastante significativas também emergem quando se trata do uso dos recursos energéticos como ferramentas de atuação em âmbito da política externa. A primeira delas impõe uma vinculação entre tais recursos e a soberania estatal, tendo em vista o fato dos mananciais dos primeiros serem, por definição, territorializados. Ou seja, a regulação sobre as jazidas é exercida pelo Estado cujo território abarca o manancial energético. Por isso, tanto os Estados que dispõem do acesso ao petróleo – os chamados “Petro-Estados” – como os que, por uma questão geológica, não o têm são impelidos a responder a essa situação, quer seja construindo uma alternativa ao problema da escassez de recursos energéticos, quer seja se beneficiando da abundância dos mesmos. Sendo assim, resta claro que dito recurso natural é, pelo fato de prover a determinados Estados uma situação favorável (ou não) no sistema energético internacional, uma inquestionável fonte de poder e influência no que concerne às relações internacionais (HADFIELD, 2008).

Por sua vez, a segunda característica aponta para a desproporcional força exercida pela exploração de recursos energéticos na estrutura econômico-social dos países petroleiros. Nesse sentido, dependendo da situação, essa pode aportar tanto benefícios quanto “efeitos-colaterais”. Assim, por um lado, há países como a Noruega e o Canadá, os quais figuram entre os maiores exportadores mundiais de petróleo e que, no início das atividades de exploração de hidrocarbonetos, já dispunham de uma estrutura econômico-produtiva sólida e um parque industrial relativamente competitivo. Nesses casos, os recursos oriundos do comércio petroleiro foram cruciais para o fortalecimento de ambas as economias, em especial por terem sido aplicados diretamente no fomento à diversificação de uma estrutura industrial pré-existente. Por outro lado, há experiências como a da Venezuela, onde, conforme se detalhará neste artigo, as estruturas econômicas resultantes do subdesenvolvimento capitalista fazem com que o recurso petroleiro gere,

3 Tradução livre do original: “States have economic concerns about maintaining supply and demand between exporters and importers respectively, and attempt to minimize any energy disruption or shortages, on the premise that such energy shocks could undermine their economic well-being. In addition, states have political concerns about the potential leverage exercised by exporters states over both importer states and ‘transit states’ (countries across whose territory energy is transported) due simply to their dominant position as energy suppliers. Political and economic concerns about the supply and demand of energy resources are strongly connected” (HADFIELD, 2008, p. 323-324).





paradoxalmente, mais problemas do que, propriamente, soluções para nações nessa situação. Nesses Estados estabelecem-se, pois, um “duplo-caráter” resultante da hipertrofia do setor petrolífero: de um lado, internamente, uma situação político-econômica problemática, tendo em vista os “efeitos colaterais” ocasionados pelo *rentismo*⁴; de outro, graças ao peso geopolítico e estratégico aferido pela abundância do referido recurso natural, uma potencialidade para a inserção mais assertiva na dinâmica das relações internacionais. Ou seja, materializa-se um cenário de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, uma realidade considerada *sui generis* no interior do capitalismo dependente. Sobre a mesma problemática, o chamado “paradoxo da abundância”, esclarece-se:

Embora possa causar surpresa, evidências recentes e muitas experiências históricas nos permitem afirmar que países que se especializaram na extração e exploração de recursos naturais, não costumam se desenvolver [...] A profusão de recursos naturais disponíveis, entre muitos outros processos patológicos endógenos que o acompanham, tende a distorcer a estrutura e a alocação dos recursos econômicos do país, além de redistribuírem regressivamente a renda nacional e concentrarem a riqueza em poucas mãos, enquanto a pobreza generaliza. Ocorrem crises econômicas recorrentes, consolidam-se as mentalidades rentistas, aprofundam-se as instituições fracas e escassas, estimulando a corrupção e deteriorando o meio ambiente.⁵ (SCHULDT; ACOSTA, 2006, p. 15)

As diferentes trajetórias percebidas no contexto da “política internacional dos recursos energéticos” firma, assim, uma conjuntura caracterizada pelo complexo emaranhado de relações comerciais e políticas cotidianas que, juntas, e a partir

4 Desde a década de 1920, quando passou a superar em ampla distância o café como seu principal produto de exportação, a divisão dos proventos advindos do comércio petrolífero é fator determinante para a aferição da política econômica e social colocadas em prática na Venezuela. Tal característica faz do país, segundo definição amplamente difundida, uma nação rentista, cujo desenvolvimento está atrelado à volatilidade dos preços do combustível no mercado internacional: na medida em que esses flutuam geram-se, ciclicamente, períodos de bonança econômica nos quais há relativa estabilidade política, seguidos por fases de graves crises financeiras que, entre outros desdobramentos, produzem o aumento da agitação social. O mencionado modelo de desenvolvimento caracteriza-se, essencialmente, pela extrema dependência do setor petrolífero.

5 Tradução livre do original: “*Aunque pueda causar sorpresa, la evidencia reciente y muchas experiencias históricas nos permiten afirmar que los países que se han especializado en la extracción y la exploración de recursos naturales, normalmente no han logrado desarrollarse [...] La profusión de recursos naturales de que disponen tiende, entre muchos otros procesos endógenos de carácter patológico que la acompañan, a distorsionar la estructura y la asignación de los recursos económicos del país, redistribuye regresivamente el ingreso nacional y concentra la riqueza en pocas manos, mientras se generaliza la pobreza, da paso a crisis económicas recurrentes, al tiempo que consolida mentalidades ‘rentistas’, profundiza la débil y escasa institucionalidad, alienta la corrupción y deteriora el medio ambiente*” (SCHULDT; ACOSTA, 2006, p. 15).





da lógica e da prática capitalistas, compõem o chamado “Sistema Energético Mundial” (SEM), o qual, segundo Skinner (2006, p. 2-3):

[O sistema energético global] é uma estrutura vasta, de governança inercial, de grandes ativos fixos que levam anos para se planejar, sancionar e construir, e que tende a se manter em vigor por décadas. O negócio de longo prazo deve operar em um cenário político manifestamente motivado por preocupações de curto prazo. As políticas governamentais afetam o suprimento e a demanda de energia, mas não tão rapidamente quanto os políticos gostariam... Governos tendem a ser escravos do “urgente” ao invés de serem do “importante”, onde a urgência é em grande parte determinada por elites e interesses especiais.⁶

Repertório de ação política e o Sistema Energético Mundial

Para completar esta breve incursão nas questões fundamentais que compõem o debate sobre os recursos energéticos no contexto da política internacional, é importante destacar, por fim, o repertório das ações políticas disponíveis aos atores internacionais diretamente envolvidos no comércio de recursos energéticos. Para os Estados detentores de grandes mananciais, apresentam-se, basicamente, duas posturas possíveis: a negociação em fóruns internacionais (tal como se propõe a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP) ou, de maneira menos frequente, a imposição de embargos (como ocorreu, por exemplo, em 1973, por parte de alguns países árabes via Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo)⁷.

Já para os importadores, a situação é diferente. Dada a escassez de recursos, esses países se encontram em inferioridade no que concerne à política de poder estabelecida no SEM. Em contrapartida, porém, também há espaço e

6 Tradução livre do original: “[The global energy system] is a vast, inertia-ridden complex of large, fixed assets that take years to plan, sanction and construct, and they tend to be in place for decades. This long-term business must operate within a political context manifestly driven by short-term concerns and developments. Government policies affect energy supply and demand, but not as quickly as politicians might like... governments tend to be slaves to the ‘urgent’ rather than to the important, where urgency is largely determined by special elites and interests” (SKINNER, 2006, p. 2-3).

7 A “Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo” (AOPEC, na sigla em inglês), sediada no Kuwait, é uma organização internacional criada em 1968 e composta, atualmente, por 11 nações árabes. Originalmente fundada por Kuwait, Arábia Saudita e Líbano, a AOPEC foi quem, pela primeira vez, de maneira organizada e coletiva, utilizou a produção de petróleo – no caso, sua supressão – como ferramenta de política externa objetivando ganhos de natureza eminentemente política. Isso se deu em outubro de 1973, quando a organização deliberou pela diminuição mensal de 5% na produção do combustível até que Israel retirasse suas tropas dos territórios árabes ocupados por ocasião da Guerra do Yom Kippur. O embargo perdurou por aproximadamente cinco meses, até ser cancelado em março de 1974.





oportunidade para uma atuação combativa desse grupo de nações, pois são eles, os importadores, os detentores do mercado consumidor ao qual se destina todo o produto comercializado. Foi nessa direção, por exemplo, que se materializou o embargo econômico imposto ao Irã pelos países ocidentais em 2005⁸.

Assim, tendo em vista as especificidades acima descritas, conclui-se que a relação de interdependência estabelecida entre as partes faz as negociações internacionais envolvendo recursos energéticos se consubstanciarem em processos complexos e instáveis, nos Quais as particularidades conjunturais são fundamentais para sua compreensão e análise (HADFIELD, 2008).

Nesse sentido, é, exatamente, apresentar e problematizar as especificidades do rentismo petrolero venezuelano – e, em especial, suas implicações para a política externa estabelecida pelo país – o objetivo perseguido neste texto. Para tanto, além desta introdução sobre o mercado internacional de combustíveis no contexto do “Sistema Energético Internacional”, o artigo debruça-se sobre as mais relevantes iniciativas levadas a cabo pelo aparelho diplomático venezuelano ao longo do terceiro mandato presidencial cumprido por Chávez, enfatizando a influência do rentismo petrolero na inserção internacional do país caribenho. A análise está pautada nos documentos e dados oficiais disponibilizados pelo governo bolivariano, bem como na consulta e problematização das fontes e análises que tratam do tema.

O recorte histórico é contemporâneo⁹ e recairá no detalhamento sobre a maneira pela qual o governo de Hugo Chávez Frías, mais especificamente ao longo de seu terceiro mandato, regulou e colocou em prática sua “petrodiplomacia”. Em que pese a maior proeminência conquistada por meio da postura proativa e audaz adotada pela política externa bolivariana nos momentos em que o barril do petróleo esteve supervalorizado (em especial, através das iniciativas ALBA-PetroCaribe), a análise a seguir pauta-se na ênfase sobre o fato do instrumento utilizado para tanto (o comércio do petróleo) gerar, por conta do *modus operandi* que rege a atividade, uma posição instável e, em certa medida, subalterna para o país no contexto das relações econômicas internacionais.

8 Naquela ocasião, a União Europeia adotou sanções contra a república islâmica através das quais ficou proibida a compra de petróleo iraniano para governos e empresas dos 27 países que compõem o bloco. As sanções econômicas objetivam pressionar o governo de Teerã a abrir mão de seu programa nuclear. Concomitantemente, e com o mesmo objetivo, os estadunidenses adotaram iniciativa semelhante, impondo, ainda, retaliações comerciais para os indivíduos e empresas que, dentro do território dos EUA, fizessem negócios com os iranianos.

9 A influência do rentismo petrolero na construção da política venezuelana é, por óbvio, anterior ao advento do governo bolivariano. Para um olhar sobre como tal relação se deu ao longo do século XX, consultar Karl (1998).





Tal cenário, conforme será detalhado no decorrer da argumentação, confirma a realidade rentista estabelecida no país, a qual determina, em grande medida, sua participação no sistema internacional. Exalta-se, pois, a excentricidade estrutural da economia venezuelana, ou seja, o fato da riqueza nacional ser realizada, essencialmente, através da venda do petróleo no exterior. Essa singularidade faz com que grande parte das receitas obtidas pelo país seja resultado da arrecadação gerada, por meio da cobrança de impostos e demais encargos, não de uma gama ampla de setores produtivos interconectados à economia, mas sim da extração de um único produto, sendo esse um combustível não renovável, cuja comercialização ocorre fora das fronteiras venezuelanas. Trata-se, portanto, de uma atividade econômica em que não se produz; capta-se.

A “diplomacia do petróleo” ao longo do terceiro mandato do governo Hugo Chávez Frías (2007 – 2012)

Na Venezuela, mais que em qualquer outra parte, carecem de significado muitas das ideias convencionais sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. Trata-se de uma realidade histórica sui generis que, como tal, deve ser compreendida e analisada.

(FURTADO, 2008, p. 119)

Dá audácia ao recálculo de rota (2007 – 2008)

A análise sobre a política externa bolivariana (PEB) ao longo dos dois primeiros mandatos de Hugo Chávez Frías (1999-2007) aponta, essencialmente, para o reconhecimento de uma importante inovação: até então, no decorrer daqueles nove anos, a política externa firmada pela administração Chávez caracterizou-se, entre outras dimensões, pelo uso não exclusivamente comercial dos hidrocarbonetos para a projeção internacional do país. Segundo Romero (2006), tal característica colocou a PEB na contramão dos governos venezuelanos que a precederam. Apostou-se e investiu-se na chamada “*dimensão social da diplomacia do petróleo*”, a qual passou a ser utilizada como principal fomentadora de uma proposta de integração regional que destoou e se contrapôs àquela praticada ao longo do período de hegemonia neoliberal em nossa região.

O ápice desse momento, o qual vinha sendo construído desde 1999, deu-se, exatamente, nos primeiros anos do terceiro mandato cumprido por Chávez.





Então, estiveram presentes as condições necessárias para tornar possível – sob o título “*Fundo ALBA-CARIBE*” – a interligação entre os dois principais projetos até então firmados pela PEB: a “Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA)”¹⁰ e o projeto “PetroCaribe”¹¹. Consta que, durante a bonança petroleira experimentada em 2008, período em que o combustível atingiu sua alta histórica (US\$121,84), 25% dos proventos advindos da venda do petróleo venezuelano foram creditados nesse Fundo, cujo propósito é, prioritariamente, auxiliar no custeio da luta contra a pobreza¹² através do financiamento de programas de desenvolvimento socioeconômicos estabelecidos nos diversos países que compõem o acordo multilateral (ASTARITA, 2014).

Compartilhando o mesmo propósito, também em 2008, articulou-se o “*Banco del ALBA*”, instituição financeira resultante do acordo multilateral firmado entre Bolívia, Cuba, Nicarágua e Venezuela¹³. O banco, segundo seu convênio constitutivo, tem como objetivo financiar o desenvolvimento econômico e social sustentável, reduzindo a pobreza e as assimetrias ao promover o intercâmbio econômico justo, dinâmico, harmônico e equitativo entre os países-membros. Almejam-se os princípios da solidariedade, complementariedade, cooperação e respeito à soberania dos povos. Entre suas possíveis formas de operacionalizar tais

10 Sobre a ALBA, é fundamental pontuar que tal iniciativa foi articulada, a partir do ano de 2004, enquanto oposição às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Além de importantes diferenças em relação aos países que comporiam a área de livre-comércio hemisférica – incluindo Cuba e excluindo os EUA e o Canadá –, a ALBA surgiu como proposta alternativa ao modelo de integração regional hegemônico por contrariar a ênfase que aquela proposta atribuía aos pressupostos neoliberais na condução do processo. Por sua vez, o projeto de integração bolivariano se pauta, preponderantemente, nas lutas contra a pobreza e contra a exclusão social a partir da adoção de estratégias equitativas de cooperação entre as nações. Em linhas gerais, e retomando a argumentação de Villa (2007, p. 42), pode-se dizer que “a Venezuela concebe um processo de integração em bases não só econômicas, mas também profundamente políticas”. Atualmente a ALBA é composta por oito países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

11 O projeto PetroCaribe está vinculado à “PetroAmerica”, iniciativa que representa, por sua vez, a estratégia através da qual ocorre a integração energética sob os auspícios da ALBA. Na prática, essencialmente, o plano se propõe a promover a integração das empresas energéticas estatais da América Latina e Caribe para, assim, instrumentalizar acordos e realizar investimentos conjuntos nas atividades relacionadas à exploração e comercialização de hidrocarbonetos. A proposta confere, nesse sentido, uma acentuada importância estratégica ao setor, vislumbrando, a partir da integração, a sedimentação de uma governança multinível dos recursos energéticos no âmbito hemisférico, de modo a assegurar a atuação coordenada entre os participantes, bem como o planejamento e avaliação dos desafios e necessidades no longo prazo (JÁCOME, 2011). Até a presente data, a PetroCaribe conta com a participação dos seguintes Estados: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Suriname.

12 Conforme noticiado, oficialmente, pela primeira vez em 13 de agosto de 2007, por Hugo Chávez Frías. (REBELION, 2007).

13 Posteriormente, em 2011 e 2012, respectivamente, São Vicente e Granadinas e Dominica se somaram à iniciativa.





metas, o *Banco del ALBA* pode realizar operações como outorgar créditos, linhas de créditos, comprar títulos e conceder avais e outras garantias¹⁴. O “Sistema Único de Compensação Regional” (SUCRE) é sua moeda oficial, a qual foi pensada como um mecanismo de cooperação e complementariedade econômica estabelecida para contrapor a utilização do dólar nas transações entre os países coligados.

Além dos auspiciosos mecanismos de cooperação financeira supracitados, outros importantes direcionamentos também foram consolidados no âmbito da PEB ao longo do biênio aqui referido. Por ocasião da “V Cúpula PetroCaribe”¹⁵, os países acordaram novas – e ainda mais favoráveis – condições comerciais aos compradores do petróleo venezuelano. Pela tratativa, ficou firmado que, quando o preço do barril superasse US\$122, a Venezuela ofereceria condições especiais para a aquisição do óleo, da gasolina e do diesel ao postergar o pagamento de 60% do valor da transação por 90 dias, sem a cobrança de juros; os 40% restantes poderiam ser financiados no prazo entre 15 e 25 anos, com uma taxa de juros anual variando entre 1% e 2%. Por sua vez, caso o valor do barril ficasse no patamar entre US\$100 e US\$122, as proporções se inverteriam: 40% em 90 dias e o restante em até 25 anos¹⁶.

Tais condições culminaram num fluxo comercial expressivo, sendo esse calculado – do momento inicial das atividades da PetroCaribe, em 2005, até o segundo trimestre de 2008 – em aproximadamente 59 milhões de barris de petróleo fornecidos pela Venezuela, cujo valor total supera os US\$2 bilhões. Em que pese a magnitude da cifra, o valor médio do barril vendido nessa proporção foi de, “apenas”, US\$33,90. Esse preço, bastante abaixo dos de mercado da época, representou economia de US\$ 921 milhões aos países importadores do combustível venezuelano (ALBA, 2009).

Sobre os impactantes resultados e as consequências positivas proporcionadas pela iniciativa de integração energética firmada a partir dos esforços bolivarianos, complementam Benzi e Zapata (2013, p. 80):

14 Conforme estabelecido no convênio constitutivo do banco (BANCO DEL ALBA, 2008).

15 A V Cúpula da PetroCaribe ocorreu em julho de 2008, na cidade de Maracaibo, Venezuela. Naquela oportunidade, além da modificação acima aventada, os países-membros acordaram em criar um conselho formado por ministros da agricultura, o qual seria responsável pelo manejo dos projetos de investimentos da PetroCaribe no referido setor (no âmbito da iniciativa “PetroAlimentos”, a qual foi consolidada a partir do estabelecimento de um fundo de US\$50 milhões), bem como em criar um fundo de aportes abastecido pelas receitas – cinquenta centavos de dólar por cada barril de petróleo exportado a um valor superior a US\$100,00 – obtidas com o comércio internacional petroleiro efetuado fora dos convênios de cooperação venezuelanos (MIRANDA, 2012).

16 Para seguir a evolução das formas de pagamento e das demais resoluções tomadas pela iniciativa petroleira, consultar ALBA (2009).





No entanto, mesmo nesse curto período (2007-2008), não há dúvidas de que o financiamento era a parte que mais interessava aos governos beneficiários; é claro, porém, que não se trata apenas de um regime de pagamento extremamente favorável em relação à conta de energia. Os projetos do Fundo ALBA/CARIBE firmam a uma série de investimentos conjuntos para o desenvolvimento de infraestrutura e refinamento, armazenamento e distribuição de gás e petróleo [...] Esta é, obviamente, uma estratégia que no curto prazo permite uma oferta extremamente competitiva, segura e a baixo custo; no médio-longo prazo almeja-se excelência logística na complementação e interligação entre os países envolvidos.¹⁷

Naquele momento, era seguro afirmar que o projeto PetroCaribe desempenhava um papel de relevância no cenário energético regional, alcançando benefícios e conquistas positivas tanto para os Estados-membros como para o governo bolivariano. Os países centro-americanos e caribenhos, ao participarem da iniciativa, beneficiaram-se com a aquisição do petróleo venezuelano a preços e condições excepcionais, gerando economia e flexibilidade na alocação dos recursos destinados ao pagamento de seus respectivos gastos com insumos de energia. Por sua vez, pelo fato de gozar de uma riqueza petrolífera que permite estabelecer dinâmicas de intercâmbios comerciais privilegiadas com os países da região (os quais são deficitários em suas matrizes energéticas), a PEB se concentrou em aumentar a presença e o peso do país na América Central e Caribe lançando mão de um conjunto de iniciativas que combinam integração energética e cooperação social.

Assim, ao assumir uma postura atrativa aos interesses dos países da região, a diplomacia bolivariana buscou ganhar capital político no hemisfério. Nesse esteio, o governo venezuelano tratou de construir e reforçar alianças com um amplo grupo de países para, em contrapartida, garantir apoio a diversas proposições bolivarianas efetuadas tanto em instituições regionais (em especial, na OEA) como no sistema das Nações Unidas (ONU)¹⁸.

17 Tradução livre do original: “*Sin embargo, incluso si en ese breve período (2007-2008) resulta indudable que el financiamiento era la parte que más interesaba a los gobiernos beneficiarios, es evidente que no se trata sólo de un esquema de pago extremadamente favorable con relación a la factura energética. Los proyectos del Fondo ALBA/CARIBE siempre remiten a una cifra de inversiones conjuntas para el desarrollo de la infraestructura y el refinamiento, almacenamiento y distribución de gas y petróleo [...] Se trata, a todas luces, de una estrategia que a corto plazo permite un suministro seguro y a costos extremadamente competitivos, que se propone a largo plazo la construcción de una logística propia, de complementación entre países, y que busca eliminar toda forma de intermediación trascendiendo el plano exclusivo de la energía*” (BENZI; ZAPATA, 2013, p. 80).

18 O elucidativo texto de Poertner (2011) quantifica, através do acompanhamento do padrão de votações em diversas comissões e instâncias da Organização das Nações Unidas, a proximidade envolvendo o comportamento assumido pelos venezuelanos em relação a oito nações caribenhas e centro-americanas, antes e depois do advento do





Contudo, a partir dos primeiros meses de 2009 – e com um pouco menos de gravidade, ao longo dos anos finais do governo Chávez¹⁹ –, a gangorra dos preços internacionais do petróleo passou a pesar negativamente para os venezuelanos. Assim, a queda abrupta e intensa no valor do barril do combustível resultou numa significativa desaceleração nas atividades e projetos desenvolvidos sob os auspícios da ALBA e, conseqüentemente, do projeto PetroCaribe. Frente aos cortes da produção petrolífera acordados no âmbito da OPEP e à necessidade do governo bolivariano em ajustar drasticamente os gastos públicos, a perda de capacidade financeira foi tamanha que, a partir de então, passou-se a questionar a sustentação das iniciativas de integração regional no longo prazo. Sob esse novo e desalentador cenário negociaram-se alterações nos acordos comerciais então vigentes, de modo a reajustar os índices e as condições anteriormente assumidas. Além disso, o fato de os venezuelanos não terem, financeiramente, lucrado tanto quanto poderiam caso optassem pelo comércio “tradicional” do petróleo, fez com que a iniciativa PetroCaribe passasse a ser alvo de duras críticas de representativos setores da sociedade venezuelana²⁰.

Tal retrocesso consolidou-se, em certa medida, também pela impossibilidade dos demais membros do projeto PetroCaribe socorrerem de maneira satisfatória os venezuelanos nos momentos de dificuldade, principalmente nos temas relacionados à escassez de alimentos (in)disponíveis no país. A nova conjuntura ajudou a colocar em xeque a pertinência e a viabilidade da proposta de integração energética até

projeto “PetroCaribe”, sendo que um grupo de países faz parte da iniciativa e o outro não. O autor conclui que, em grande medida, a “diplomacia do petróleo” exercida pela Venezuela acabou sendo um eficiente mecanismo para atrair apoio de seus parceiros nas votações da referida Organização Internacional, sendo flagrante a maior convergência entre eles nos processos deliberativos.

19 Importante fazer referência aos valores alcançados pelo barril de petróleo bruto: em julho de 2008, o preço foi de US\$ 132,83, mais do triplo do valor comercializado apenas cinco meses depois (dezembro de 2008: US\$ 41,34). Após queda extremamente pronunciada, o valor se estabiliza na faixa de US\$ 75 ao longo de 2009 e 2010 para, em seguida, já no biênio final do governo Chávez, voltar a experimentar alta (média de US\$ 112 entre 2011 e 2012). Dados disponíveis em INDEXMUNDI (2019).

20 José Toro Hardy, ex-diretor da PDVSA, afirmou o seguinte sobre os métodos de financiamento praticados pelo PetroCaribe, relacionando-os à crise econômica enfrentada pelo país em 2009: “Venezuela hoy en día está pasando grandes dificultades económicas, tenemos unas de las inflaciones más altas del mundo, uno de los déficit fiscales más grandes y frente a esta situación parece irracional venir a ofrecerle más dinero a otros países. Hay que considerar la forma como se les entrega petróleo a los países pertenecientes a PetroCaribe y la forma como ellos lo pagan, hasta el momento la mitad de la factura del crudo la pagan a 25 años, con 2 años de gracia y 1% de interés, (...) la otra mitad de la factura nos paga con trueque y eso es mucho peor, nos pagan con café o con carne pero qué ha pasado los sectores productivos en el país, están quebrados porque no pueden competir con los precios que ofrece el Gobierno. Si destináramos esos fondos para atender nuestras propias necesidades ciertamente el problema se reduciría sustancialmente [...] en vez de ir a un círculo virtuoso de crecimiento nos podemos ir al precipicio a un círculo vicioso de empobrecimiento” (TORO HARDY, 2009, p. 01).





então desenvolvida. De fato, a dívida de US\$ 6,7 bilhões contraída pela PetroCaribe ante a estatal *Petróleos de Venezuela* (PDVSA)²¹ contrasta fortemente com os US\$ 493 milhões arrecadados pelos venezuelanos, a título de ajuda contraprestatória sob forma de produtos agrícolas e manufaturados oferecidos pelos demais países no âmbito da iniciativa (TRANSPARENCIA VENEZUELA, 2012).

A aproximação da China: limites e possibilidades

Tendo em vista as dificuldades acima aventadas, a metade final do terceiro mandato de Chávez foi caracterizada pelo arrefecimento dos esforços diplomáticos e financeiros efetivados pela PEB em relação à ALBA e, conseqüentemente, ao projeto PetroCaribe. Não que as atividades tenham cessado. O que houve, porém, como corolário da recessão enfrentada pelo país durante o período de crise supracitado, foi uma readequação das prioridades e das necessidades impostas pela nova conjuntura interna à prática internacional assumida pelo país. O comércio petrolífero que, durante a bonança, foi utilizado como uma importante ferramenta para consolidar e qualificar a inserção internacional bolivariana passou a ser manejado como o ativo crucial e indispensável para avaliar a tentativa de saída da gravíssima crise econômica que começava a ser enfrentada (BENZI; ZAPATA, 2013).

Para tanto, um dos principais caminhos encontrados pela PEB foi o de, através de outra abordagem nos métodos empregados no contexto da “diplomacia do petróleo”, estreitar ao máximo as relações com a República Popular da China. Inicialmente, é importante contextualizar que a aproximação sino-venezuelana se deu em uma conjuntura marcada pela gradual expansão da presença econômica e política da potência asiática em diversos países latino-americanos, especialmente a partir da virada do milênio²². Apesar de, ainda, o comércio entre China e América Latina corresponder a uma marca não tão alta no total de suas respectivas transações internacionais, o adensamento do fluxo de negócios entre o país asiático e a região garantiu acesso a uma fonte crescente de oportunidades comerciais

21 Para informações mais detalhadas sobre a evolução histórica das relações estabelecidas entre o Estado venezuelano e a sua empresa petrolífera, consultar, entre outros, Serrano (2003).

22 As crescentes relações político-comerciais entre chineses e latino-americanos se realizam no contexto da finalização do processo que modificou o isolacionismo praticado pela política externa chinesa – o qual caracterizou a política externa de Pequim durante a Guerra Fria – em favor de uma postura proativa e comprometida em projetar o país como um novo, e sólido, polo de poder na Ásia. A estratégia diplomática, em linhas gerais, pauta-se na crítica à arquitetura bipolar do poder internacional, o que, na prática, resultou no estabelecimento de um efetivo esforço de reaproximação com os países ocidentais, em especial com os EUA (MENDES, 2008).

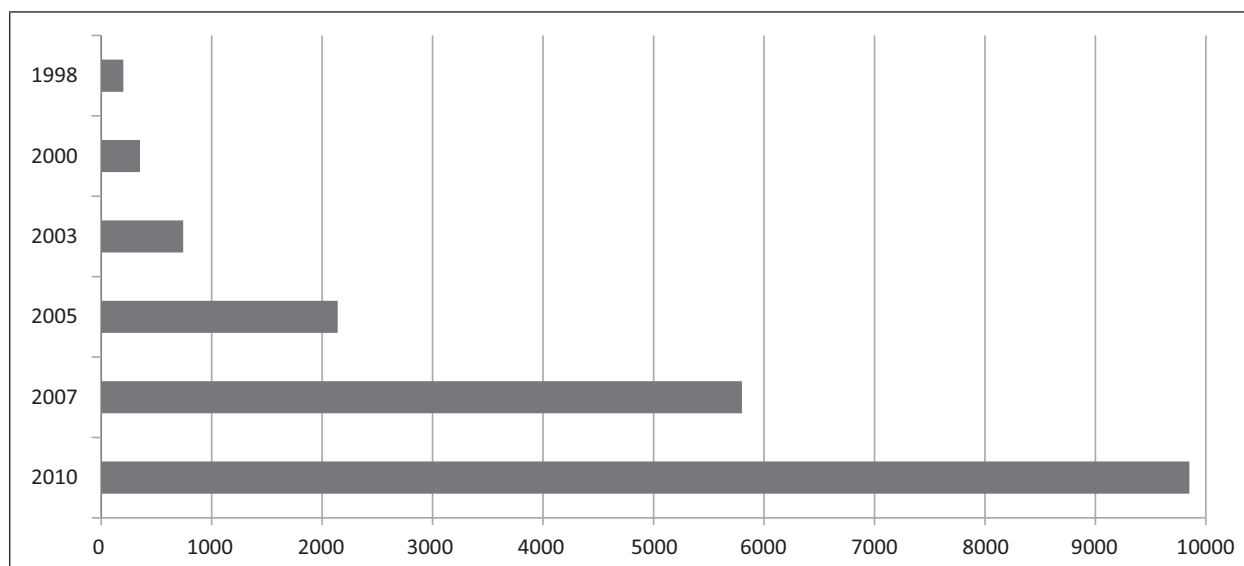


para ambos. É, sem dúvida, a demanda chinesa por *commodities* disponíveis nos países latino-americanos o principal agente catalisador da referida aproximação. Entre 2000 e 2009, o comércio anual envolvendo as duas partes cresceu mais de 1.200% ao passar de um total de US\$ 10 bilhões, no primeiro ano da série, para US\$ 130 bilhões, no último (FERNANDÉZ JILBERTO; HOGENBOON, 2010)²³.

Segundo Koleski (2011), o rápido crescimento se deu pautado na escolha, nessa ordem, de Brasil, México, Venezuela e Argentina como “parceiros estratégicos” dos chineses na região. Ou seja, o comércio é concentrado nos países dotados da infraestrutura necessária para a realização das transações, bem como nas *commodities* de interesse chinês. Era alta, pois, por parte dos asiáticos, a importância conferida aos venezuelanos no cenário acima apresentado.

Nesse contexto, porém, diferentemente das condições acordadas com os centro-americanos e caribenhos, os negócios fechados com os asiáticos foram majoritariamente articulados com base nos valores de mercado do combustível. O déficit em sua matriz de hidrocarbonetos constitui a razão pela qual se deu, por parte de Pequim, a necessidade de consolidar e ampliar suas relações comerciais com a Venezuela. Ademais, conforme apontam Cheng e Shi (2008), os líderes chineses tendem a considerar o desenvolvimento de laços com a América Latina uma forma de demonstrar o alcance global da presença internacional do país.

Gráfico 1 – Intercâmbio comercial (milhões de dólares) entre China e Venezuela (1998-2010)



Fonte: site da embaixada da REPÚBLICA POPULAR DA CHINA na Venezuela (2012).

²³ Esses números fazem da China o terceiro maior parceiro comercial da América Latina, com um volume menor de negócios que Estados Unidos e União Europeia. Em relação ao primeiro, a diferença é bastante significativa, sendo a participação chinesa, apenas, um quarto da realizada pelos estadunidenses (KOLESKI, 2011).



O Gráfico 1 acima demonstra o crescente intercâmbio comercial entre as duas nações a partir da eleição de Chávez (1998), sendo que a efetiva aproximação se deu com a assinatura do “Convênio de Cooperação Econômica e Técnica”, em setembro do ano 2000 (CIDEP, 2000). Assim, nos marcos daquilo que os dois países denominaram “aliança estratégica”, foi consolidada uma base estável para o aumento das relações bilaterais entre Caracas e Pequim. Pautada nesse compromisso, e em apenas dez anos, houve um exponencial incremento no fluxo comercial entre os dois países ²⁴.

No que concerne especificamente às relações comerciais vinculadas ao petróleo, cabe destacar, como forma de identificar as origens do processo de aproximação bilateral que chegou ao ápice entre 2009 e 2012, os acordos assinados em Pequim (dezembro de 2004) e Caracas (janeiro de 2005), os quais conferiram aos asiáticos a oportunidade de, entre outras, promover as seguintes ações em solo venezuelano: investir em quinze campos petrolíferos na região de Zumano, no leste do país, cujas reservas estão estimadas em 400 milhões de barris de óleo e em três trilhões de metros cúbicos de gás natural; assegurar a compra de, no mínimo, 120 mil barris venezuelanos por mês e, por fim, construir no país caribenho uma planta de refinamento para extrair o combustível especificamente utilizado nas fábricas chinesas²⁵.

Além dessas iniciativas colocadas em prática imediatamente, a Venezuela se associou à China em diversos projetos mais complexos e de longo prazo como, por exemplo, tomar parte nos esforços de prospecção de hidrocarbonetos no Orinoco, região onde há, provavelmente, um dos maiores depósitos mundiais do óleo e, também, investir na busca e exploração *offshore* de gás natural. Assim, ainda em 2007, foram assinados sucessivos contratos e acordos através dos quais os chineses concordaram em creditar à nação caribenha, a juros baixos, e no curto prazo, US\$ 32 bilhões em troca do fornecimento estável do combustível venezuelano (CORRALES; HIDALGO, 2013)²⁶.

24 Durante a década e meia em que Chávez esteve à frente do executivo venezuelano, foram assinados aproximadamente 400 acordos comerciais e de cooperação com os chineses. A título de comparação, durante toda a “era puntofijista” foram firmados, apenas, 42 (VENEZUELA, 2014).

25 Os mais de 300 acordos subscritos entre Venezuela e China estão compilados no *site* do *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores de Venezuela* (VENEZUELA, 2019).

26 Parte significativa desse montante acabou investida diretamente na rede de *misiones sociales*, como, por exemplo, o programa “*Mi Casa Bien Equipada*”, através do qual o governo bolivariano utilizou parte do crédito petrolífero para subsidiar a compra de eletrodomésticos e outras amenidades fabricadas pela China (CORRALES; HIDALGO, 2013).





Entretanto, em que pesem as referidas iniciativas implementadas e o incontestado adensamento das relações bilaterais, há alguns entraves para tornar a parceria sino-venezuelana ainda mais expressiva a ponto de, efetivamente, desafiar o *status quo* – político e comercial – das relações de poder instituídas no âmbito interamericano. A mais relevante delas diz respeito ao dilema enfrentado pelo país caribenho no que concerne à decisão de aumentar [ou não] sua exploração e produção petrolífera.

Isso porque, para dar conta de ofertar o volume de barris de petróleo prometido aos chineses – e tendo em conta o fato da Venezuela ter nos EUA, historicamente, incluindo no governo Chávez, seu principal parceiro comercial – o governo bolivariano dispunha, apenas, de duas alternativas críveis para tentar amenizar a dependência comercial ante os estadunidenses: ou aumentar o volume da produção ou remanejar a distribuição do petróleo, desviando para a China os barris que, normalmente, estariam sendo exportados para os EUA. Ambas as alternativas, porém, se mostraram problemáticas. Naquele momento, a opção por aumentar a produção de petróleo seria um enorme contrassenso, na medida em que a diplomacia bolivariana teve papel fundamental no esforço por consolidar como força motriz da OPEP a imperiosidade do cumprimento e da parcimônia em relação aos volumes e cotas de oferta do combustível acordados no âmbito da organização. Por isso, a opção de aumentar drasticamente a produção interna para satisfazer a demanda chinesa contrariaria toda essa trajetória, sendo, portanto, encarada pelo governo bolivariano como uma situação a ser evitada, privilegiando-se, assim, a expansão apenas moderada da cota venezuelana (BLANCHARD, 2016).

Por sua vez, o caminho mais alinhado à “luta pela multipolaridade” assumido e enfatizado pela PEB ao longo da administração Chávez – rearranjar de maneira favorável à China o destino das exportações petrolíferas venezuelanas – se apresentou bloqueado pela presença de problemas de natureza tecnológica e logística, os quais acabam por tornar o comércio com os estadunidenses significativamente mais atrativo aos venezuelanos.

Caindo na Real: a dependência comercial ante os Estados Unidos

O primeiro dos referidos obstáculos se colocou devido à inabilidade então apresentada pelos chineses de refinar o “petróleo pesado” venezuelano, rico em enxofre. Isso se deu pelo fato de os asiáticos receberem suas importações majoritariamente dos países do Oriente Médio, cujo óleo é bem menos sulfuroso e,





consequentemente, de mais fácil refino. O déficit de refinarias chinesas capazes de fazê-lo contrasta, em contrapartida, com numerosas plantas já consolidadas pelos estadunidenses no Golfo do México, as quais foram especialmente desenvolvidas para refinar o combustível de origem venezuelana. Tal situação limita, numa importante medida, a expansão desejada em favor do comércio com os asiáticos (HONGBO, 2014).

No mesmo sentido, o processo logístico envolvendo o transporte do petróleo venezuelano para a China é, em razão da distância, mais demorado e de maior custo quando comparado aos valores gastos para promover a exportação para os EUA. Sobre essa questão, é importante detalhar o fato do Canal do Panamá não acomodar em seus serviços, então, os navios cargueiros de combustível do tipo *supertankers*, o que tornava o percurso – e, consequentemente, os custos da transação – ainda maior. Segundo cálculos de Corrales (2009), isso fez com que as despesas com transporte para a China fossem, por barril, três dólares mais caras do que para os EUA. Especialmente em tempos de baixa no preço internacional da referida *commodity*, tal valor é significativo, o que resulta, em última instância, na manutenção da tendência de se transacionar a maior parcela das exportações venezuelanas com o Norte (HONGBO, 2014).

O cenário fica ainda menos favorável aos sul-americanos quando se tem em conta a assimetria das relações bilaterais com os chineses, pois, dada a disparidade entre suas economias, a China acaba sendo mais importante para os venezuelanos do que o contrário. Nesse sentido, assim como os últimos estão se empenhando em promover a diversificação dos compradores de seu combustível – sendo as iniciativas de integração energética instituídas na América Latina um exemplo disso –, os asiáticos também buscam, com bastante sucesso, consolidar novas fontes de acesso ao petróleo junto a países como Vietnã e Rússia, bem como a nações do Oriente Médio, da Ásia Central e da África.

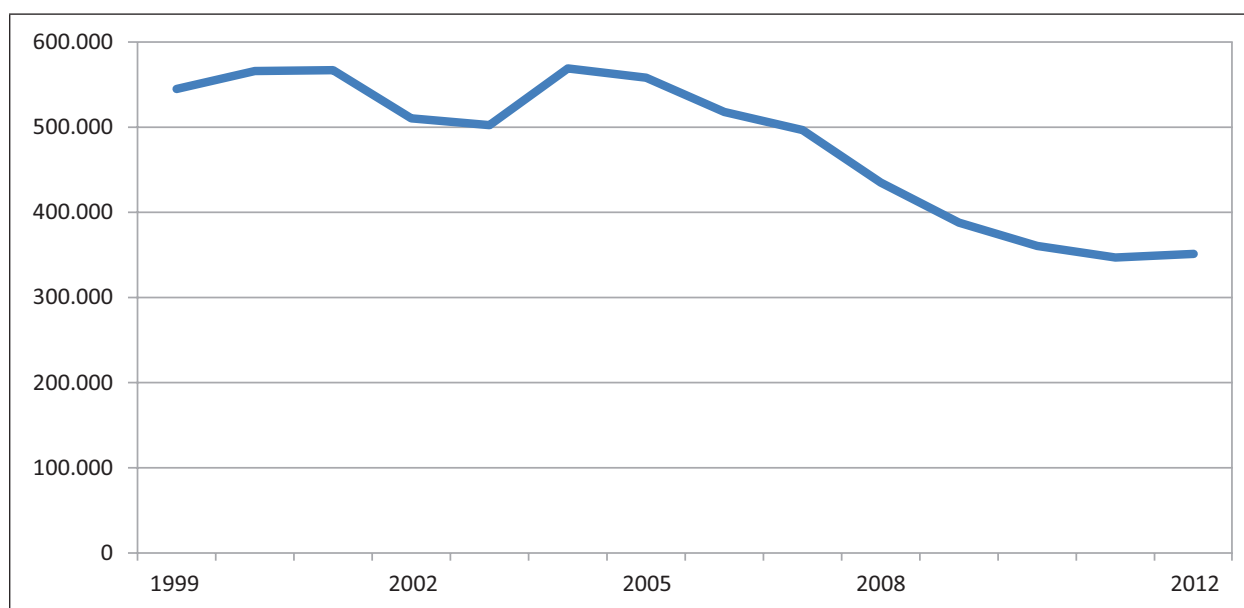
Assim, quando agregamos as dificuldades impostas pela queda pronunciada dos preços do petróleo aos empecilhos logísticos acima aventados, os quais constroem a expansão das relações comerciais sino-venezuelanas, é possível concluir que a PEB enfrentou condições desfavoráveis no que concernia à materialização de um de seus mais destacados objetivos: aproximar-se da China – e, consequentemente, distanciar-se dos EUA – pela multipolaridade no sistema internacional.

Por sua vez, na prática, os negócios petrolíferos efetuados com os EUA – apesar de terem registrado uma considerável queda em números brutos – continuaram



sendo, a contragosto dos bolivarianos, a principal fonte de renda obtida pelo país com o comércio internacional de petróleo. O Gráfico 2 abaixo detalha o fluxo comercial envolvendo as importações do óleo venezuelano pelos estadunidenses. Mesmo tendo diminuído o volume total das transações, o comércio seguiu sendo bastante elevado.

Gráfico 2 – Importações estadunidenses (milhões de barris) de óleo e produtos petrolíferos venezuelanos entre 1999 e 2012



Fonte: U.S. Energy Information Administration (USEIA, 2019).

Ainda que nessa conjuntura desfavorável – amplificada pela incessante e dispendiosa busca dos EUA por desenvolverem e terem acesso a fontes de energia renováveis –, os EUA permanecem sendo, com folga, o principal destino das exportações do óleo venezuelano durante o terço final do governo bolivariano. Assim, comercialmente, em que pesem as complexas vicissitudes políticas que tencionaram as relações bilaterais EUA-Venezuela²⁷, as transações petrolíferas envolvendo os dois países continuaram consistentes²⁸.

Resta clara, portanto, a interdependência entre os dois países em relação ao comércio bilateral. Ao serem acrescidas as condições através das quais se materializou o *modus operandi* da exploração petrolífera na Venezuela bolivariana

27 Para uma visão completa e atenta sobre o relacionamento estabelecido entre o bolivarianismo e a política externa estadunidense, consultar, prioritariamente, os textos de Villa (2004), Kelly e Romero (2005) e Romero (2013).

28 Para uma visão mais quantitativamente apurada, expressa-se o seguinte dado relativo aos principais compradores do petróleo venezuelano (barris diários) em 2011: os EUA adquiriram, aproximadamente, três vezes mais barris do que a China (1,2 milhão versus 400 mil, aproximadamente), conforme disponibilizado no *site* da PDVSA (2012).



– o modelo pautado nas empresas mistas, em que se manteve a primazia do capital transnacional, e em particular o estadunidense –, tem-se, de fato, uma situação pronunciadamente favorável aos interesses dos EUA, na medida em que, além de se beneficiarem do acesso ao fornecimento estável e logisticamente eficiente de hidrocarbonetos, ainda logram, através da atuação de suas empresas privadas, participar e capitalizar expressiva parcela dos recursos originários do comércio internacional do petróleo e de seus derivados.

Considerações finais

Nesse sentido, tendo em vista a argumentação aqui apresentada, é possível identificar um padrão de comportamento relativamente estável, que parece ser decisivo para tomar conhecimento das potencialidades e das dificuldades enfrentadas pelos bolivarianos em sua busca pela inserção protagônica e disruptiva da Venezuela no contexto interamericano e mundial: em última instância, dada sua estrutura econômica rentista, o país dispõe de uma posição pronunciadamente inconstante no contexto das relações econômicas internacionais hodiernas, na medida em que suas forças e debilidades estão, majoritariamente, atreladas aos ora expressivos, ora insuficientes, recursos obtidos com a venda de petróleo.

Assim, como demonstramos em outro texto (Cicero, 2015), se no âmbito interno o governo bolivariano não conseguiu reunir as condições necessárias para dismantlar a rede comandada pelas empresas transnacionais envolvidas na exploração dos hidrocarbonetos venezuelanos, Chávez contou com uma margem um pouco mais ampla, porém limitada, ao tomar parte na política internacional. Nessa lógica, e quando se experimentaram não raros períodos de bonança – notadamente no biênio inicial de seu terceiro mandato presidencial –, a PEB apoiou-se no uso político da “*dimensão social da diplomacia do petróleo*” para obter sucesso em aumentar e qualificar sua inserção político-econômica nas relações internacionais.

Por conseguinte, ao lançar mão, num primeiro momento, do projeto “PetroAmerica” – uma ambiciosa iniciativa de integração energética regional, a qual se encontrava bem-articulada às propostas inovadoras encampadas pela ALBA – e, especialmente a partir da 2005, ao apostar no adensamento das relações bilaterais com a China, a PEB, avalizada pelos petrodólares, avançou significativamente em sua jornada para ampliar seu peso político nas relações interamericanas.





Estabeleceu-se, pois, uma limitada, porém relevante, contribuição dos bolivarianos para o arrefecimento da hegemonia estadunidense e, conseqüentemente, para a tentativa de promover a rearticulação multipolar das relações de poder no sistema internacional.

Em contrapartida, mesmo nesses momentos – e ainda mais naqueles em que o preço do petróleo esteve em queda, como ocorreu, por exemplo, no ano de 2009 –, a capacidade de qualificar e expandir de maneira sustentada a inserção internacional da proposta bolivariana sempre esteve matizada, em última instância, pelas amarras estruturais impostas a um país periférico como a Venezuela no contexto da divisão internacional do trabalho. O fato de os hidrocarbonetos terem, na maior parte do tempo, um alto valor de venda ameniza, mas não suprime, os “efeitos-colaterais” causados pela deterioração dos termos de troca que prejudica as bases econômicas dos países de baixa industrialização, contribuindo, assim, para seu subdesenvolvimento.

Conforme o presente artigo procurou demonstrar, foi o comércio petrolífero bilateral entre EUA e Venezuela, em que pesem as divergências político-diplomáticas havidas entre as duas nações, o principal responsável pela manutenção do sistema rentista firmado no país sul-americano, haja vista o fato de o petróleo continuar sendo, de longe, o principal ativo econômico-comercial venezuelano. Tal característica foi, é e dificilmente deixará de ser – caso o rentismo continue caracterizando a arquitetura econômica do país – o maior entrave encontrado pelos bolivarianos para, de fato, reordenar as relações de poder firmadas no contexto regional.

Referências

- ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMERICA (ALBA). *Documentos Constitutivos*. 2009. Texto disponível em: < <http://www.portalalba.org/> > . Acesso em: 29 abr. 2019.
- ASTARITA, R. Renta petrolera y capitalismo de Estado en Venezuela. *La balsa de piedra*. n° 6, 2014. Texto disponível em: < <http://www.sinpermiso.info/articulos/ficheros/rastarita.pdf> > . Acesso em: 15 set. 2018.
- BANCO DEL ALBA. *Convenio Constitutivo*. 2008. Disponível em: < <http://www.bancodelalba.org/wp-content/uploads/2014/05/CC-ESP-BALBA-ENERO-2014-WEB2.pdf> > . Acesso em: 29 abr. 2019.





- BARROS, P.S. Chávez e Petróleo: Uma análise da nova política econômica venezuelana. *Cadernos PROLAM/USP*. Ano 5, vol. 2, 2006.
- BENZI, D. e ZAPATA, X. Geopolítica, economía y solidaridad internacional en la nueva cooperación Sur-Sur: el caso de la Venezuela bolivariana y PetroCaribe. *América Latina Hoy*. v. 63, 2013. Texto disponível em: < <http://rca.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/9936> > . Acesso em: 21 set. 2018.
- BLANCHARD, J.M. Political aspects of Chinese investment in Latin America. *Revista tempo do mundo*. v. 2, n. 2, jul. 2016. Texto disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6540?mode=full> > . Acesso em 30 set. 2018.
- CHENG, J e SHI, H. Sino-Venezuelan relations: beyond oil. *Issues & Studies*. v. 44, nº 3, 2008. Texto disponível em: < <http://iio.nccu.edu.tw/attachments/journal/add/4/99-147.PDF> > . Acesso em 23 out. 2018.
- CHINA. *Comercio China-Venezuela*. Embajada de República Popular de China en Venezuela. 2012. Disponível em: < <http://ve.china-embassy.org/esp/> > . Acesso em: 01 dez. 2018.
- CICERO, P.H.M. *O rentismo petroleiro e suas implicações para a política externa venezuelana*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- CIDEP. *Catálogo Legislativo del Centro para Integración del Derecho Público*. 2000. Disponível em: < <http://cidep.com.ve/catalogo.html#> > . Acesso em 14 nov. 2018.
- CORRALES, J. Using social power to balance soft power: Venezuela's foreign policy. *The Washington Quarterly*. Ano 32, vol. 4, 2009. Texto disponível em: < <https://www.amherst.edu/media/view/157431/original/Corrales%2BVen%2BForeign%2BPolicy%2BWQ%2B2009%2Bfinal.pdf> > . Acesso em: 15 set. 2018.
- CORRALES, J. e HIDALGO, M. El régimen híbrido de Hugo Chávez en transición (2009-2013). *Revista Desafíos* (Bogotá). nº25, 2013. Texto disponível em < <http://revistas.urosario.edu.co/index.php/desafios/article/view/2577> > . Acesso em: 2 dez. 2018.
- FERNANDÉZ JILBERTO, A. e HOGENBOON, B. *Latin America Facing China: South-South Relations beyond the Washington Consensus*. Oxford: Berghahn Books, 2010.
- FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2008.
- HADFIELD, A. Energy and foreign policy: EU-Russia energy dynamics. In: SMITH, S; HADFIELD, A. e DUNNE, T. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. New York: Oxford University Press, 2008.
- INDEXMUNDI. *Detailed country statistics, charts, and maps*. 2019. Disponível em: < <https://www.indexmundi.com/> > . Acesso em: 15 jan. 2019.
- HONGBO, S. Modelo de cooperación energética entre China y América Latina. *Revista Problemas del Desarrollo*. nº 176 (45), enero-marzo 2014.





- JÁCOME, F. Petrocaribe: la fase actual de la diplomacia petrolera venezolana en el Caribe. *Friedrich Ebert Stiftung Policy Paper*, 2011. Texto disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/08722.pdf> > . Acesso em 5 jan. 2019.
- KALICK, J.H. e GOLDWYN, D.L. *Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005.
- KARL, T. L. El petróleo y los pactos políticos: la transición a la democracia en Venezuela. In: O'DONNELL, G., SCHMITTER, P e WHITEHEAD, L. (Comps.). *Transiciones desde un gobierno autoritario*. América Latina. v. 2. Argentina: Paidós, 1988.
- KELLY, J. e ROMERO, C.A. *Venezuela y Estados Unidos: coincidencias y conflictos*. Caracas: Ediciones IESA, 2005.
- KOLESKI, K. Backgrounder: China in Latin America. *U.S.-China Economic & Security Review Commission*, 2011. Texto disponível em: < http://origin.www.uscc.gov/sites/default/files/Research/Backgrounder_China_in_Latin_America.pdf > . Acesso em: 3 jan. 2019.
- MENDES, C.A. Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros. *Revistas de Estudos Chineses*. vol. 27, 2008. Texto disponível em: < http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/546_2008_CAM_Pol_Externa_Ch_REVISTA_ESTUDOS_CHINESES_4.pdf > . Acesso em 15 jan. 2019.
- MIRANDA, J.A.A. *A política externa da Venezuela no governo Hugo Chávez Frías: atores civis e militares*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- PETRÓLEOS DE VENEZUELA S.A. (PDVSA). *Publicaciones*. 2012. Disponível em: < <http://www.pdvsa.com/index.php?lang=es> > . Acesso em 12 nov. 2018.
- POERTNER, M. Venezuela Oil Diplomacy and Voting in the U.N. General Assembly. *Journal of International Service*, 2011. Texto disponível em: < <http://www.american.edu/sis/jis/upload/6Poertner.pdf> > . Acesso em 7 set. 2018.
- REBELION. *Chávez propone conformación de fondo Alba-Caribe para proyectos sociales*. 2007. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54842> > . Acesso em: 29 abr. 2019.
- ROMERO, C.A. Venezuela y Estados Unidos: ¿una relación esquizofrénica? *Nueva Sociedad*. nº 206, 2006. Texto disponível em: < http://www.nuso.org/upload/articulos/3396_1.pdf > . Acesso em: 20 dez. 2018.
- _____. *Venezuela y su seguridad ante Estados Unidos y Cuba*. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2013.
- SCHULDT, J. e ACOSTA, A. Petróleo, rentismo y subdesarrollo: una maldición sin solución? *Revista Nueva Sociedad*. nº 204, agosto de 2006. Disponível em: < <http://www.extractivismo.com/documentos/capitulos/SchuldtAcostaExtractivismo.pdf> > . Acesso em: 21 out. 2018.
- SERRANO, R.Q. *Meritocracia Petrolera*. Mito o Realidad? Caracas: Panapo, 2003.





- SKINNER, R. *Strategies for Greater Energy Security and Resource Security*. Oxford: Oxford Institute for Energy Studies, 2006. Texto disponível em: < <http://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2011/02/Presentation34-StrategiesforGreaterEnergySecurityandResourceSecurity-RSkinner-2006.pdf> > . Acesso em: 14 nov. 2018.
- TRANSPARENCIA VENEZUELA. *Finanzas – Petrocaribe*. Disponível em: < <https://transparencia.org.ve/project/finanzas-todos-el-contenido-de-petrocaribe/> > . Acesso em 14. dez 2018.
- TORO HARDY, J. *Con la situación económica de Venezuela parece irracional ofrecerle dinero a otros países*. Disponível em: < <https://www.noticias24.com/venezuela/noticia/166501/con-la-situacion-economica-de-venezuela-parece-irracional-ofrecerle-dinero-a-otros-paises/> > . Acesso em: 12 mar. 2019.
- VILLA, R.D. Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. *CDC* [online]. vol. 21, nº 5, 2004. Texto disponível em: < http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S101225082004000100003 > .
- _____. A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. *Observatório Político Sul-Americano*, Análise de conjuntura, n. 10, 2007.
- USEIA. *United States Energy Information Administration*. 2019. Disponível em: <https://www.eia.gov/> > . Acessado em: 09 mar. 2019.
- VENEZUELA. *Venezuela-China*. Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores, 2014. Disponível em: < <http://mppre.gob.ve/page/2/?s=acuerdos+china+venezuela> > . Acesso em: 12 nov. 2018.